

Domingo, 10 de Maio de 2026

PMs que atuavam na escolta de empresário morto em aeroporto foram afastados

CELULARES FORAM APREENDIDOS

Terra

Os policiais militares que trabalhavam na escolta do empresário Antônio Vinícius Lopes Gritzbach, de 38 anos, morto na tarde desta sexta-feira, 8, no Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP), foram afastados de suas funções. Ele havia delatado o Primeiro Comando da Capital (PCC) para o Ministério Público (MPSP).

Ao Terra, a Secretaria de Segurança Pública (SSP) informou que os quatro PMs prestaram depoimento logo após o crime para a Polícia Civil e também na Corregedoria da Polícia Militar. Os celulares dos quatro foram apreendidos e serão periciados. Além dos aparelhos deles, o da namorada do corretor de imóveis também ficou com as autoridades. Ela também prestou esclarecimentos.

Os quatro ficarão afastados de suas atividades operacionais durante as investigações da execução. As corregedorias das polícias Civil e Militar apuram a atuação de seus agentes no crime que vitimou Gritzbach. O caso é conduzido pelo Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa.



Antônio Vinícius Lopes Gritzbach foi morto no Aeroporto de Guarulhos (SP) - Foto: Reprodução/TV Record

Além do empresário, três pessoas ficaram feridas, dois homens e uma mulher. Os dois homens, de 39 e 41 anos, permaneceram internados no Hospital Geral de Guarulhos. Já a mulher, de 28, recebeu atendimento médico e foi liberada. Ela também foi ouvida pelos policiais no local.

Ainda segundo a SSP, os dois carros utilizados pela escolta da vítima e um terceiro, supostamente usado pelos atiradores, foram apreendidos e periciados.

Execução

O caso ocorreu na entrada do Terminal 2 por volta das 16h10 da tarde. Imagens de câmeras de segurança do aeroporto mostram o momento em que atiradores saem de um veículo estacionado e executam o empresário. Gritzbach levava uma mala de rodinhas quando foi surpreendido pelos criminosos.

Ele tenta fugir, é atingido pelos disparos e cai perto da faixa de pedestres. É possível ver outras pessoas correndo por causa do tiroteio. Após o crime, os atiradores fogem. Além dele, outras três pessoas ficaram feridas. De acordo com o Estadão, a polícia apurou que foram ao menos 27 disparos efetuados por dois criminosos.

Uma dupla da Guarda Civil Municipal (GCM) de Guarulhos estava em ronda próximo à entrada onde houve o tiroteio até por volta das 13h, quando identificaram um suspeito de ter adulterado a placa de um carro.

Depois disso, eles o conduziram para a delegacia do aeroporto. Como a ocorrência demorou três horas para ser registrada, segundo eles, os agentes não faziam ronda na hora da execução.

O empresário seria recebido pelo filho e um grupo de PMs que faziam a sua segurança, mas caminho para o aeroporto, um dos carros usados por eles teria supostamente apresentado falha mecânica. Três dos seguranças, então, teriam ficado com o veículo em um posto de combustível.

A investigação busca entender se os agentes não teriam deixado o policial exposto no aeroporto intencionalmente. Segundo a TV Globo, um investigador disse que, como o delator do PCC seria visado por ter delatado a organização criminosa, o mais lógico seria que todos os agentes que cuidavam da segurança do empresário deixassem o carro quebrado para trás e seguissem para o aeroporto.

O celular de Gritzbach também foi recolhido no local do crime e passará por perícia. O aparelho pode ajudar nas apurações a partir de trocas de mensagens que deverão ser extraídas. A Polícia também acredita que a vítima já estava sendo monitorada desde sua saída de Goiás, já que os assassinos sabiam o horário que ele desembarcaria.

As autoridades suspeitam que os criminosos foram avisados do momento em que o empresário desembarcaria para que o ataque ocorresse no momento em que ele saísse do saguão do aeroporto.

Quem era Gritzbach

Gritzbach era relator do Ministério Público, e teria entregado membros do PCC em uma delação. Aos investigadores, pessoas próximas da vítima disseram que ele temia pela própria vida, e que sabia que membros do PCC tinham conhecimento de sua colaboração com o Ministério Público.



O empresário Antonio Vinícius Lopes Gritzbach foi morto a tiros no Aeroporto Internacional de Guarulhos - Foto: Reprodução

Segundo informações do Estadão, Gritzbach fechou um acordo de delação premiada, homologado pela Justiça em abril. Ele negociava com o MPSP há, pelo menos, dois anos, e já havia prestado seis depoimentos.

Na delação, ele falou sobre o envolvimento com a organização criminosa, a maior do país, com o futebol e o mercado imobiliário. Ele também deu informações sobre os assassinatos de líderes da facção, como Cara Preta e Django, mencionando a corrupção policial e suspeita de pagamento de propina na investigação da morte de Cara Preta.

Conforme o portal Metrôpoles, em dezembro de 2023, Vinícius havia sido alvo de um suposto atentado na sacada do apartamento em que morava na zona leste da capital paulista.

Segundo o MP, ele teria mandado matar dois integrantes do PCC: Anselmo Becheli Santa Fausta, conhecido como Cara Preta, e Antônio Corona Neto, o Sem Sangue, motorista de Anselmo. Ele negava envolvimento com as mortes.

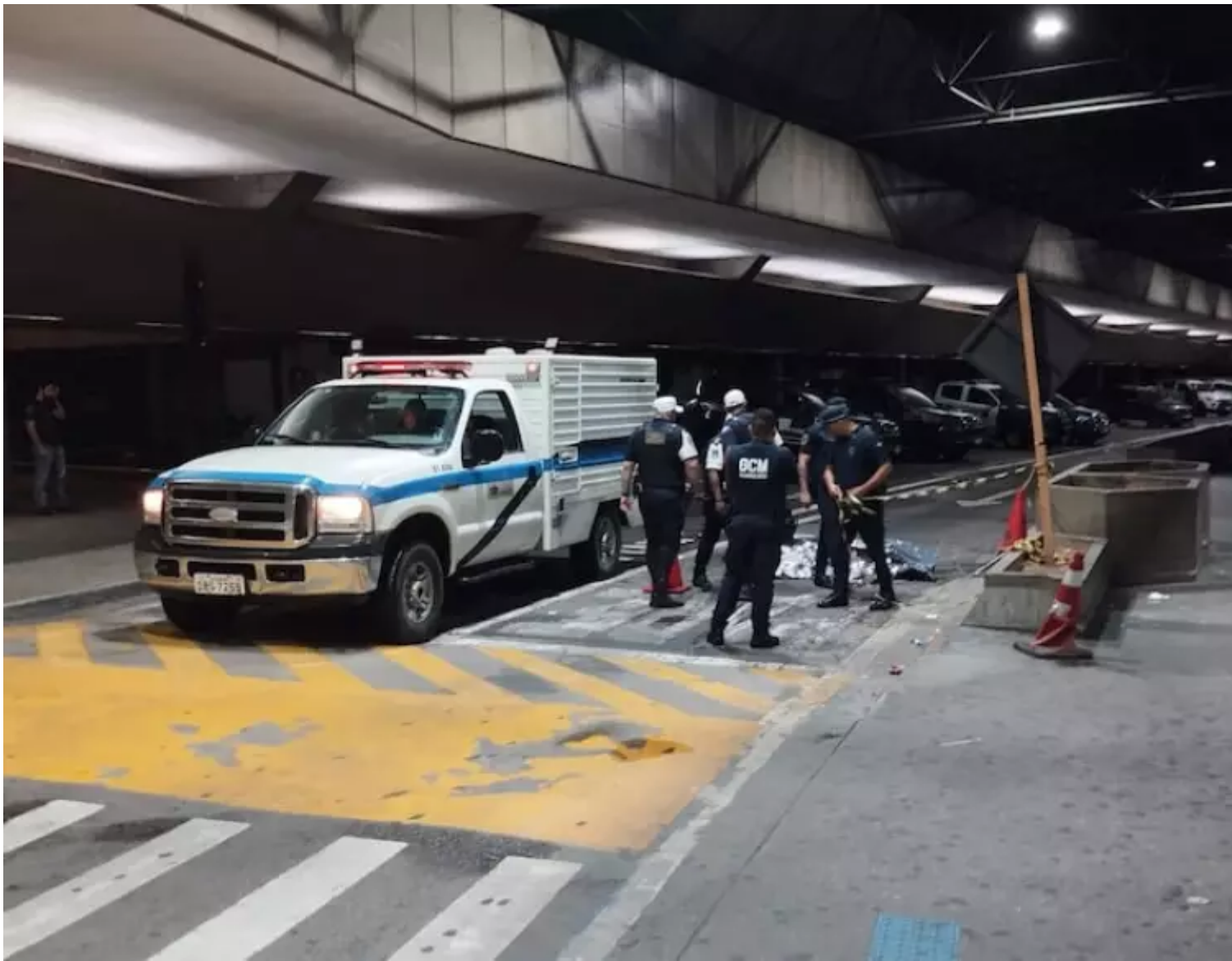
Vinícius ficou preso até 7 de junho de 2023, quando ganhou liberdade condicional e passou a usar tornozeleira eletrônica.

Em junho deste ano, a polícia foi mobilizada para atender a um suposto sequestro do empresário. O DHPP foi acionado após a esposa de Vinícius e os dois seguranças dele ligarem para o advogado de defesa, informando que houve uma movimentação suspeita, de um carro para outro.

Ao dar seu depoimento, Gritzbach demonstrou nervosismo. O teor do depoimento não foi revelado, e o caso segue sendo investigado.

Empresa

Gritzbach atuou na Porte Engenharia e Urbanismo "como corretor de imóveis entre 2014 e 2018", de acordo com a empresa. Ele afirmou ter conhecido membros da facção criminosa devido ao trabalho, por meio de um corretor de imóveis.



Gritzbach voltava de viagem quando foi atacado a tiros no Aeroporto de Guarulhos. - Foto: Ítalo Lore/Estadão

A Porte é investigada pelo Ministério Público Estadual (MPE), por suspeita de ter vendido mais de uma dezena de imóveis para traficantes de drogas, segundo a delação. Gritzbach também afirmou que executivos da construtora sabiam do pagamento de imóveis em dinheiro em espécie e também de registros de bens cujo nome do verdadeiro proprietário ficava oculto, segundo o Estadão. À reportagem, a Porte diz "não é investigada pelo Ministério Público".

"A Porte jamais tolerou qualquer atividade ilícita de qualquer colaborador e se dispôs a oferecer auxílio documental às autoridades competentes sobre as ações do ex-corretor no período em que atuou na empresa", afirmou, em nota.